

COLABORADORES

NEWTON SUCUPIRA

Professor titular da Universidade Federal de Pernambuco, membro do Conselho Federal de Educação, Diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Pró-Reitor para Assuntos Acadêmicos da mesma Universidade.

GILBERTO FREYRE

Escritor, sociólogo-antropólogo, Doutor *Honoris Causa*, pelas Universidades de Columbia, Sussex, Coimbra e Paris (Sorbonne).

LUIZ DELGADO

Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco, Presidente da Academia Pernambucana de Letras, crítico e poeta. 73

ALUÍZIO BEZERRA COUTINHO

Professor titular da Universidade Federal de Pernambuco, biólogo, autor de numerosos ensaios científicos e literários.

LEÔNIDAS CÂMARA

Professor de Teoria de Literatura da Universidade Católica de Pernambuco, crítico literário, professor de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia do Recife.

ROMEU PERÉA

Professor titular de Literatura Espanhola da Universidade Federal de Pernambuco, autor de numerosos ensaios sobre temas literários e filosóficos, sacerdote.

CURT MEYER-CLASON

Escritor alemão, tradutor de numerosas obras de escritores brasileiros contemporâneos, conferencista, crítico literário. 69 79

CÉSAR LEAL

Poeta e crítico de poesia, autor dos livros *Invenções da menor*, *Romance do Pantaju*, *Triunfo das águas* e de *Os Cavaleiros de Júpiter*. Professor de Teoria da Literatura da Universidade Federal de Pernambuco.

NORMAN O. HARRIS

Histoquímico, professor da Universidade de Porto Rico, tem participado de estudos e pesquisas sobre novos métodos para o ensino da Histologia em cooperação com professores da Universidade Federal de Pernambuco.

HÉLIO COUTINHO

Biólogo, histoquímico, professor titular da Universidade Federal de Pernambuco, tem colaborado em revistas científicas inglesas e norte-americanas. 47 53 59 65

JOSÉ RODRIGUES DE PAIVA

Poeta e contista da novíssima geração de escritores pernambucanos.

Fantasmagoria

A decisão

O retrato

Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação

NEWTON SUCUPIRA

INTRODUÇÃO

Com a atual reforma das estruturas universitárias encerra-se o que poderia chamar-se o ciclo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, concebida como instituição destinada a conferir "um caráter propriamente universitário" ao conjunto de faculdades profissionais reunidas em Universidade. Em seu lugar, surge agora um conjunto de institutos que deve concentrar todos os estudos básicos dentro da Universidade. Das diferentes áreas do saber que constituíam o acervo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras resta, ainda, a Seção de Pedagogia que, por sua natureza e objetivos, será transformada numa unidade do sistema profissional, isto é, a Faculdade de Educação.⁽¹⁾ Assim, o desdobramento das faculdades de filosofia em unidades que vão compor o sistema comum de ensino e pesquisa básicos e a criação das faculdades de educação constituem inovações importantes trazidas pela reestruturação das universidades brasileiras.

Para alguns nostálgicos da unidade do saber, a Faculdade de Filosofia representa, ainda, a solução mais adequada para assegurar, no plano institucional, aquela unidade que se afigura irremediavelmente perdida, pelo menos na perspectiva da concepção tradicional. Bastaria corrigir certas falhas de estrutura e organização para que a Faculdade de Filosofia ressurgisse como núcleo integrador da universidade, sobre o qual assentariam os posteriores desenvolvimentos do saber puro e aplicado. Outros, no entanto, consideram definitivamente ultrapassada a Faculdade de Filosofia, tanto pela inconveniência de reunir sob

Realidade em per. de L. 73
69 79
Visões noturnas
A fuga

o mesmo teto campos do saber tão heterogêneos como pela impossibilidade de conciliar tarefas simultâneas de preparação de docentes da escola média e de formação de pesquisadores. No presente estudo nos propomos analisar do ponto de vista histórico, alguns aspectos do problema das faculdades de filosofia, principalmente no que concerne à criação das faculdades de educação.

A Reforma Francisco Campos e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras

A idéia da Faculdade de Educação, no Brasil, não é recente. Com êste nome foi primeiramente designada a instituição multifuncional que logo depois, receberia o nome de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Sem pretensão de fazer história, recordemos que, em 1931, o Ministro da Educação Francisco Campos, ao organizar a universidade brasileira em novas bases,⁽²⁾ e julgando indispensável proporcionar “temas autenticamente universitários” à Universidade do Rio de Janeiro, incorporou “à sua estrutura reduzida ao esqueleto do ensino profissional”, além da Escola de Belas Artes e do Instituto Nacional de Música, uma nova entidade, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras: “Esta última, particularmente” — explicava o Ministro em sua exposição de motivos, — “pela alta função que exerce na vida cultural, é que dá, de modo mais acentuado, ao conjunto de Institutos reunidos em Universidade, o caráter propriamente universitário permitindo que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional, abrangendo, em todos os seus aspectos, os altos e autênticos valores da cultura, que à Universidade conferem o caráter e atributo que a definem e individualizam, isto é, a universalidade”. No entanto, reconhecendo “que nos povos em formação, como o nosso, a alta cultura não pode ser organizada de uma vez, integralmente e de maneira exclusiva”, foi-lhe também atribuída uma tarefa profissional: a de formar professores da escola secundária. Daí o caráter misto da nova instituição. Reconhecia-se, dêste modo, implicitamente, que em face de uma tradição de ensino superior profissional onde prevalecia a idéia de que a tóda escola superior deveria corresponder sempre uma

especialidade técnica objetivada em termos de profissão liberal, seria prematura a criação de uma faculdade unicamente destinada à pesquisa científica pura. “Ao lado de órgão de alta cultura ou de ciência desinteressada”, esclarecia o Ministro Francisco Campos, “ela deverá ser antes de tudo e eminentemente, um Instituto de Educação, em cujas divisões se encontrem todos os elementos próprios e indispensáveis a formar o nosso campo de professores, particularmente os de ensino secundário, porque dêles, de modo próximo e imediato, depende a possibilidade de se desenvolver, em extensão e profundidade, o organismo, ainda rudimentar, de nossa cultura”. No entanto, apesar dêsse objetivo pragmático, a Faculdade de Educação deveria prolongar sua atividade normal muito além de sua função didática, para tornar-se, dentro da Universidade, o centro de investigação científica desinteressada e dos altos estudos literários.

Não obstante o nome e a ênfase dada à missão propriamente educacional, tratava-se como se vê, de uma instituição plurifuncional em tudo idêntica às Faculdades de Filosofia que, pouco depois, haviam de ser instituídas. Com efeito, a lei conferia à Faculdade de Educação, Ciências e Letras, as seguintes finalidades:⁽³⁾ 1) ampliar a cultura no domínio das ciências puras; 2) promover e facilitar a prática de investigações originais; 3) desenvolver e especializar conhecimentos necessários ao exercício do magistério; 4) sistematizar e aperfeiçoar, enfim, a educação técnica e científica para o desempenho profícuo de diversas atividades nacionais. Tais objetivos, em substância, seriam os mesmos atribuídos à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, pelo decreto que a organizou; a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas finalidades culturais de ordem desinteressada ou técnica; b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário, normal e superior; c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituem objeto de seu ensino.

Convém lembrar que o nôvo instituto apresentava uma organização didática, sob vários aspectos, diferente das clássicas faculdades profissionais. Era instituído, ao lado do tradicional regime de séries, o sistema denominado de cursos avulsos,

em que o aluno poderia concluir os estudos, numa duração prevista, reunindo o número de certificados nas disciplinas necessárias à obtenção do grau. Ao contrário do que ocorria com as outras faculdades, a lei não enumerava disciplinas nem fixava currículos, limitando-se a indicar as licenciaturas que poderiam ser conferidas. O licenciado nas demais seções da Faculdade (Ciências e Letras) para ter o direito de lecionar as respectivas disciplinas nos cursos secundários, deveria antes obter os certificados que fôsem exigidos na Seção de Educação.

Certamente a solução proposta pela Reforma Francisco Campos estava longe de ser o ideal. Acusam sua *Organização Universitária Brasileira* de se tornar ineficaz como instrumento de renovação. Segundo observa o Professor Valmir Chagas, "ao incluir a nova escola entre as quatro mais importantes de que três deveriam sempre existir, não tornava obrigatória a sua criação e, em consequência, apenas facultava a unificação dos estudos se assim o permitissem os estabelecimentos profissionais do antigo sistema que contra ela precisamente se rebelaram."⁽⁴⁾ Em seu entender era uma solução contraditória a tentativa de procurar "transcender o limite do interesse profissional" através de uma escola "antes de tudo e eminentemente" profissionalizante. Não cremos que o caráter misto da nova instituição tenha sido o grande obstáculo a impedir-lhe a plena realização de suas funções de pesquisa pura. Muitos outros fatores, como mostraremos a seguir, concorreram para que as Faculdades de Filosofia, sucedâneas da Faculdade de Educação de Francisco Campos, se reduzissem, em sua quase totalidade, a simples faculdades profissionais.

Note-se, ainda, que a instituição, apesar de abranger o conjunto das ciências básicas, não foi criada com o propósito explícito de integrar tais estudos, dentro da universidade, como hoje concebemos. A Universidade da Reforma Francisco Campos, projetada segundo o modelo europeu (francês e alemão), baseava-se no sistema de faculdades auto-suficientes. A Faculdade de Educação, Ciências e Letras, muito embora sua missão especial de conferir sentido verdadeiramente universitário à Universidade, constituía um todo didático-científico próprio, ao lado das demais faculdades. Seria erro de perspectiva histó-

rica enxergar em seus objetivos o papel integrador que hoje reclamamos para o sistema comum de ensino e pesquisas básicos.

As críticas que se fizerem à Reforma Francisco Campos não podem obscurecer-lhe o mérito de ter sido a primeira tentativa de dar à incipiente universidade brasileira uma organização e caráter autenticamente universitários. Dois pontos altamente positivos se destacam nessa reforma: primeiro, o de haver procurado dotar o ensino superior brasileiro, tradicionalmente profissionalizante, de uma instituição destinada à pesquisa pura e aos altos estudos nos domínios das ciências e das letras, independente de qualquer interesse profissional imediato; segundo, o de introduzir os estudos pedagógicos na Universidade assegurando, pela primeira vez no Brasil, uma formação sistemática especializada ao professor da escola secundária.

A instituição idealizada por Francisco Campos não chegou a ser instalada com o nome de Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Em 1935, inaugurava-se a Universidade de São Paulo com uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e em cujo plano figurava também um Instituto de Educação, como unidade especial para a formação pedagógica dos que, após os estudos básicos, se dedicassem ao magistério e à supervisão ou administração de escolas ou sistemas escolares. No mesmo ano, sob a inspiração de Anísio Teixeira, criava-se a Universidade do Distrito Federal, experiência inédita de adaptação inteligente do modelo universitário americano, contando entre os estabelecimentos especializados um Instituto de Educação. Do mesmo modo a Universidade do Rio de Janeiro, ao ser reestruturada como Universidade do Brasil em 1937, incluía em seu plano, ao lado da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, uma Faculdade de Educação.

A idéia de uma unidade universitária especialmente consagrada à formação pedagógica não chegou a concretizar-se.

Logo após, em 1939, organizava-se a Faculdade Nacional de Filosofia incluindo uma seção de Pedagogia encarregada da formação profissional de professores da escola média e do assim denominado "técnico em educação". A Faculdade de Filoso-

fia, segundo as expressões de Fernando de Azevedo, era "modelada ao tipo das instituições européias e com algumas concessões à experiência americana." Certamente, estas poucas concessões se referiam ao treinamento profissional de educadores. Erigida em faculdade padrão, tôdas as outras que se fundaram no País se conformaram ao seu modelo. Prevaleceu, assim, o esquema originário da Reforma Francisco Campos de uma instituição multifuncional, mas com a expressiva mudança de nome para denotar o caráter essencialmente acadêmico da nova faculdade. Na época, ainda não havia amadurecido suficientemente a consciência dos problemas educacionais, nem se generalizara a convicção de que o educador carecia de uma formação técnico-profissional especializada para a qual se tornava indispensável uma instituição própria. Faltavam os supostos culturais e as motivações sociais necessárias à criação de uma Faculdade de Educação.

É de todos conhecido o destino que tiveram as Faculdades de Filosofia. Em três decênios se multiplicaram com rapidez impressionante por todos os recantos do País, elevando-se o seu número a mais de uma centena. Daí a situação um tanto paradoxal destas faculdades. Orientadas para a pesquisa científica e alta cultura, tornaram-se, na realidade, uma instituição de massa, abrigando atualmente cêrca de trinta por cento da população do ensino superior. É lugar comum proclamar-se, hoje, o fracasso das Faculdades de Filosofia. Acusam-nas de terem falhado em seu duplo objetivo de desenvolver a pesquisa fundamental e formar professôres. Consideradas no âmbito da Universidade são criticadas por não haverem realizado a integração dos estudos básicos.

Para compreender e julgar a situação das Faculdades de Filosofia entre nós, convém partir de uma análise da idéia original que determinou a criação dessa instituição na Europa e que serviu de modelo para a fundação das nossas faculdades.

A idéia da Faculdade de Filosofia

A Faculdade de Filosofia tem suas origens na Faculdade das Artes da Universidade Medieval. Concebida como insti-

tuto universitário que engloba o conjunto das ciências e as humanidades, centro da pesquisa científica pura e dos altos estudos, surge com a Universidade de Berlim, criada em 1810, sob a inspiração de Wilhelm von Humboldt.⁽⁵⁾ Até então, a Faculdade de Filosofia, na universidade alemã, era uma espécie de escola preparatória para as faculdades, ditas superiores, de Teologia, Direito e Medicina. Nos quadros da Universidade de Humboldt ela se torna a substância mesma da instituição universitária e supera, em prestígio, as demais faculdades.

Os fundamentos teóricos da nova instituição e suas raízes espirituais se encontram, de uma lado, na concepção do saber do idealismo post-kantiano, e doutra parte, no ideal de formação humana (*Bildung*) característico do neo-humanismo alemão. Seus principais idealizadores são, precisamente, Fichte e Schleiermacher, dois eminentes representantes do idealismo metafísico germânico e o próprio Humboldt, cujas reformas do ensino tinham por objetivo a formação geral do homem segundo a idéia de *Humanität*, entendida como pleno desenvolvimento harmonioso da personalidade, na linha da *idealidade individual*.⁽⁶⁾

A nova universidade e, particularmente, a Faculdade de Filosofia representam a encarnação do conceito de ciência do Idealismo alemão, enquanto derivado da problemática transcendental de Kant. Na ambiciosa concepção da filosofia idealista de um Fichte, tratava-se de deduzir tôda a unidade do saber a partir da consciência transcendental, não mais apenas no sentido lógico kantiano, mas como princípio metafísico que, segundo uma dialética interna, geraria todo o saber e o universo. A mais alta e autêntica forma da ciência é a filosofia. A pesquisa filosófica se manifesta como "atividade criadora" (no sentido fichteano) que submete o mundo ao conceito, transfigura-o na idéia e o eleva à totalidade da individualidade formada. Eu e mundo são apenas os dois lados do imediato, do espírito que se aliena e volta para si mesmo na marcha gradual do conhecimento e da formação. Esta, por sua vez, não é nem o saber geral abstrato das determinações conceituais do mundo, nem a subjetividade cultivada da "bela alma" dos puros român-

ticos, mas a unidade e totalidade conciliadas de ambos os momentos: o geral mediatizado, tornado concreto, cuja forma conceitual o sistema filosófico representa. A formação geral adquiriria, por força desta concepção, um caráter e conteúdo substanciais: a compreensão do mundo é, em sua essência, auto-compreensão da consciência que se apreende progressivamente. O sentido formativo do saber particular reside na pressuposição de que êle é conceitualizado, isto é, repensado em seu lugar dentro do sistema filosófico, como momento do espírito que se mediatiza em se desenvolvendo, e nisso é superado no todo do saber universal do espírito que se apreende em si e para si. A filosofia idealista da formação implica a unidade da filosofia e da ciência. O saber filosófico compreende a síntese de todo o saber de que é expressão característica a enciclopédia das ciências filosóficas de Hegel.

Por outro lado a concepção da Faculdade de Filosofia tem como fundamento o neo-humanismo. A imagem ideal do acadêmico é o homem total e harmoniosamente formado. A preparação acadêmica profissional significa menos a aquisição de conhecimentos especializados do que a capacitação para a tarefa de liderança cultural e espiritual. Esta formação, por sua vez, era fundamentalmente humanista no sentido das humanidades clássicas, remontando ao ideal helênico da *paideia*. Daí a importância que assumem os estudos clássicos na Faculdade de Filosofia, justificando a afirmação de Paulsen⁽⁷⁾ de que a filosofia especulativa e a filologia neohumanista eram os poderes espirituais que dirigiam a nova universidade. Esta, como tal, se fechava ao mundo das profissões técnicas e oferecia tão somente a preparação científica para as profissões liberais.

Na concepção de Humboldt a Universidade será o lugar onde, na conexão orgânica de todo o saber, se realizará o saber particular. No livre trabalho científico sua tarefa não será apenas a tradição mas, antes de tudo, a produção do saber. A essência da universidade, nos diz o próprio Humboldt, consiste justamente em ligar, no plano da interioridade, a ciência objetiva, e no plano exterior, a instrução completa com a iniciação ao *Studium*, sob a direção mesma do estudante. Como declara Humboldt, a relação entre mestre e aluno é inteiramente diver-

sa do que antes. O professor não é para o estudante, mas ambos para a ciência. Na universidade a pesquisa científica será livre da tutela do Estado, mas também de ser simples veículo de um saber tradicional para fins profissionais. Não seria o ensino, mas a livre pesquisa que deveria constituir a missão principal da universidade. O estudante, através de um trabalho científico autônomo, abre caminho para a verdadeira essência do humano (*Humanität*).

O perigo de uma limitação espiritual resultante de uma especialização prematura seria evitado colocando-se a Faculdade de Filosofia não no mesmo plano das outras três, mas constituindo a base de formação de todos os estudos ulteriores. Conforme assinala Schleiermacher, "a universidade propriamente está contida na Faculdade de Filosofia e as outras três são escolas especiais... Todos os estudantes devem passar pelo geral, doutra forma se perderia o caráter essencial da formação universitária."

A Faculdade de Filosofia repousava, assim, sobre estes dois conceitos fundamentais da filosofia idealista alemã da formação humana: *Wissenschaft*, como saber universal cuja expressão é a filosofia, e *Bildung*, categoria típica do pensamento pedagógico alemão que significa formação espiritual, integral da personalidade e, na época de Humboldt, baseada nas humanidades clássicas e no saber filosófico. Nos primeiros estatutos da Faculdade de Filosofia eram-lhe atribuídos dois objetivos: ⁽⁸⁾ 1. contribuir para a ampliação e aprofundamento da formação geral de todos os estudantes; 2. desenvolver a pesquisa científica ou formar autênticos intelectuais (*Gelehrte*). Pouco depois ser-lhe-á cometida uma terceira missão: proporcionar aos professores da escola secundária sua formação científica. As duas primeiras tarefas eram realizadas através dos mesmos cursos, em função do princípio da unidade fundamental da ciência e da Formação. Quanto à preparação de professores a Faculdade de Filosofia não se ocupava de seu treinamento pedagógico-profissional. Êste, ainda hoje, é feito sob a responsabilidade do próprio Estado, em estágios de dois anos nos Ginásios, constando do estudo das

matérias pedagógicas especializadas e da prática de ensino sob a orientação de professores do estabelecimento.

Decerto estes ideais de formação intelectual se encontravam vinculados à estrutura sócio-cultural da época e diríamos, hoje, que se tratava de uma universidade socialmente seletiva, porque reservada aos membros de uma classe privilegiada que poderiam dedicar-se aos altos estudos sem atender a fins utilitários imediatos. Sociologicamente, na interpretação de Joseph Ben-David e Awraham Zloczoer,¹⁹⁾ a ênfase dada à filosofia como unidade do saber e da formação se deve à existência de uma classe de intelectuais que desde a segunda metade do século XVIII se ampliava e estava ansiosa por adquirir prestígio dentro de uma sociedade aristocrática e burguesa que não lhe reconhecia o valor pretendido e onde as universidades existentes se limitavam a diplomar nas três grandes profissões da época: Teologia, Direito e Medicina. Esta classe buscava reconhecimento social e segurança econômica, o que lhe era difícil nas condições sociais da Alemanha de então. A carreira aberta a um jovem intelectual alemão era um posto universitário que, nas faculdades de filosofia, gozava de pouco prestígio e não permitia real liberdade de pensamento, desde que as universidades eram sujeitas ao duplo controle do Estado e da Igreja. A Universidade de Berlim inspirada por filósofos da maior força intelectual de seu tempo e tendo à frente um homem do gênio de Humboldt dá todo prestígio à Faculdade de Filosofia e consagra o princípio da *Lehr-und Lernfreiheit*. O Estado, dizia Humboldt, não deve considerar as universidades como alguma coisa que concerne diretamente seus interesses, mas antes deve alimentar a convicção de que cumprindo sua função real elas não somente servem seus objetivos, mas os servem num plano infinitamente mais alto criando oportunidade para movimentar forças muito mais eficientes que se encontram à disposição do próprio Estado.

A Faculdade de Filosofia, assim concebida, não pôde realizar todos estes objetivos e sofreu transformações profundas em sua iléia originária, à medida que desapareciam os pressupostos ideológicos e os fundamentos espirituais que lhe serviam de base. A idéia de uma formação universal, filosófica-

mente fundada, logo deveria aparecer, para a maioria dos estudantes, como inatingível. Perdida estava a unidade da imagem do mundo que a inspirava e o desenvolvimento das ciências positivas acarretava a fragmentação do saber numa multiplicidade de especializações. Faltavam ao estudante condições para alcançar uma visão de conjunto da cultura espiritual e uma totalidade da concepção de vida que constituíam a substância da verdadeira *Bildung*. A concepção da Faculdade de Filosofia, em certos de seus aspectos fundamentais, se afigurava incompatível com a tendência própria da ciência positiva, e de sua aliada, a tecnologia, para uma especialização crescente que atingia, em cheio, a unidade metafísica profunda do saber e da formação. Já no curso do século XIX, a Faculdade pouco a pouco se exime da tarefa de proporcionar a formação geral de todos os estudantes, o que será objeto da educação ginásial. Com a especialização científica, logo se dividirá numa seção para as ciências do espírito e outra para as ciências da natureza, terminando por cindir-se em duas Faculdades: a de Filosofia e a de Matemática e Ciências Naturais. No começo deste século, as ciências sociais se desgarram da Faculdade de Filosofia e vão constituir matéria de uma Faculdade independente: a de Ciências Econômicas e Sociais. Estava, assim, definitivamente abandonada, na Universidade alemã, a idéia de uma faculdade destinada a realizar, no plano estrutural, a unificação das ciências básicas e das humanidades.

Dos três objetivos que lhe foram inicialmente atribuídos, sobressairá como decisiva a tarefa de formação para a pesquisa científica especializada. A própria Filosofia, considerada como princípio de integração do saber universal, acabará sendo, uma especialização. Subsistirá da idéia humboldtiana da Faculdade de Filosofia, a unidade do ensino e da pesquisa, apanágio da universidade alemã, tornada o grande centro criador das ciências no século passado. Este princípio será o fator fundamental de renovação da universidade moderna e que influenciou profundamente no sistema universitário de outros países. É o ideal de pesquisa criadora da Faculdade de Filosofia alemã que vai nortear a criação da Universidade de John Hopkins, em 1870, "a mais estimulante influência que

jamais conheceu a educação superior na América" segundo a opinião de Flexner.⁽¹⁰⁾ Apenas, os americanos tiveram o bom senso de transplantar o modelo germânico para a cúpula dos estudos universitários na forma da *Graduate School*.

A Faculdade de Filosofia da Universidade de Humboldt representa, sem dúvida, uma das criações mais fecundas na história da universidade e alguns de seus ideais são inerentes à essência mesma da instituição universitária. Mas, produto da metafísica idealista e do classicismo da *Goethezeit*, seria um contrasenso, na época de hoje conservar o seu esquema original de instituição englobante de todo saber fundamental.

Papel das Faculdades de Filosofia e sua posição na Universidade

A tentativa de implantar no Brasil, na década dos 30, uma instituição do porte da Faculdade de Filosofia européia encontraria, inevitavelmente, os maiores obstáculos. Em primeiro lugar, tratava-se de um anacronismo em plena época das especializações científicas e das "duas culturas", para usarmos da expressão de C. P. Snow, persistir na idéia de uma instituição pretendendo unificar formas de saber tão heterogêneas. Na própria Alemanha, onde surgiu a idéia da Faculdade de Filosofia, já se renunciara a esse tipo de integração estrutural. Em segundo lugar, faltavam-nos as condições culturais, tradição científica e clima espiritual que tornariam possível o florescimento da nova Faculdade. Talvez, teria sido mais prudente a solução de Francisco Campos começar com uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras que, com o tempo, deveria alongar-se em instituto de pesquisa científica e de alta cultura. Nos Estados Unidos, os *Teachers Colleges* primitivamente limitados ao treinamento profissional de professores primários e secundários, evoluíram depois para a condição de *Colleges* completos, oferecendo toda sorte de cursos e alguns chegaram a transformar-se em universidades.

É comum afirmar-se, hoje, que as Faculdades de Filosofia, no Brasil, falharam em seus múltiplos propósitos. Não cremos, todavia, que tenham sido uma experiência sem proveito em

nosso ensino superior. Se tomarmos como critério de julgamento a idéia de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no seu modelo europeu, no que ela deve representar em matéria de cultura e investigação científica, é por demais evidente que nossas Faculdades, com pouquíssimas exceções, não lograram sequer aproximar-se do ideal que tais instituições deveriam encarnar. Inserindo-se numa tradição de ensino superior todo orientado para a formação de profissionais liberais, pouco inclinado à pura indagação científica, avesso ao método de investigação positiva e experimental da natureza, não é de estranhar que nossas faculdades de filosofia malograssem em seu objetivo fundamental de se constituir em autênticos centros de criação de ciência. É indiscutível que a existência dessas faculdades como instrumentos específicos de uma atividade cultural em nível superior foi seriamente comprometida pela ausência, entre nós, de condições básicas para o exercício da pura pesquisa intelectual. Não possuíamos quadros suficientes, no domínio das letras e das ciências, que pudessem prover de professores competentes e de pesquisadores tais instituições que se multiplicariam tão rapidamente, não apenas nas capitais, como pelo interior do País. E muito poucas podiam, ou não quiseram, seguir o exemplo de São Paulo mandando vir da Europa uma equipe de mestres que teve o mérito de formar escolas nos diferentes ramos do saber. Como bem mostrou Florestan Fernandes, as condições culturais da vida brasileira, a nossa tradição de ensino superior, tudo contribuiu para a "especialização empobrecedora" de nossas faculdades de filosofia que terminaram por se transformar em verdadeiras escolas normais.

Atuou neste sentido a convicção generalizada, ainda dominante entre nós, de que "a definição social de uma escola superior pressupõe a existência de uma contribuição técnica objetivável em qualidades de serviços profissionais que os especialistas possam desempenhar na comunidade."⁽¹¹⁾ Era necessário, ainda, que seus cursos oferecessem diplomas capazes de assegurar privilégios profissionais, para que a escola recebesse reconhecimento social. Daí por que a Faculdade de Filosofia, na maioria dos casos, terminou por se reduzir a uma sim-

ples escola profissional como as demais. Sofrendo dos mesmos males das escolas profissionais existentes: cátedras estanques, professores de tempo parcial, métodos de ensino livresco, ausência completa daquela atmosfera de trabalho intelectual que caracteriza uma instituição de pesquisa.

Por conseguinte, se as faculdades de filosofia, em geral, não atingiram seus mais altos objetivos isto se deve, em grande parte, às próprias limitações de nosso ambiente cultural e às nossas tradições de ensino. A situação dessas escolas é o reflexo do estado geral do ensino superior brasileiro, apresentando os mesmos defeitos básicos que viciam nossas universidades. Não foi, portanto, o seu caráter de instituição multifuncional, como se costuma repetir, o maior entrave à realização satisfatória de suas tarefas. Outras causas ainda, tais como a precariedade do corpo docente, a indigência de instalações e bibliotecas e a forma em que foram estruturados seus cursos respondem pela condição inferior da grande parte dessas faculdades. Espalhadas por todo País, em regiões onde não poderiam encontrar elementos capazes para a constituição de um professorado especializado, o ensino haveria de ser, inevitavelmente, de baixa qualidade. Estas escolas, cujos fins explícitos atribuíam-lhes elevado *status* científico e cultural, tornaram-se um dos veículos da expansão desordenada do ensino superior através dos chamados "cursos fáceis", isto é, os que não exigem laboratórios ou equipamentos especiais. Observe-se que em 1965, dos quinhentos cursos oferecidos pelas faculdades de filosofia do País, não havia mais de dezessete licenciaturas de Física e outras tantas de Química.

Mas, apesar do baixo nível da grande parte de nossas faculdades de filosofia, não subscreveríamos o juízo sumário que proclama o malogro total da instituição entre nós. Encaradas numa perspectiva realista, entendemos que tais escolas desempenharam certo papel de relevância em nosso desenvolvimento cultural. Bem ou mal, várias delas se tornaram, dentro de nossas limitações, os órgãos normais de elaboração da cultura superior de caráter puro, promovendo em alguns casos a pesquisa científica avançada. Não seria difícil mostrar que muitas áreas do saber, até então cultivadas por alguns autodidatas

isolados, com o advento das faculdades de filosofia passaram a ser objeto de estudo sistemático e especializado. A Filosofia, por exemplo, matéria de estudo marginal em nosso ensino superior, deve muito de seu desenvolvimento nestes últimos tempos aos cursos de Filosofia destas escolas. Recentemente Afrânio Coutinho⁽¹²⁾ ressaltava a importância dos estudos superiores de letras das Faculdades de Filosofia, na evolução de nossa crítica literária. E apontava especialmente a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo como centro pioneiro de renovação dos estudos literários, à luz dos princípios da nova ciência literária. O mesmo se poderia dizer com os estudos de Física, Matemática, Geografia, e outros campos do saber. Por estas razões julgamos que a Faculdade de Filosofia, apesar de suas deficiências e deturpações, longe de constituir um fracasso total, como querem alguns, representa um momento significativo na evolução do ensino superior brasileiro e de nossa cultura, por haver proporcionado formação especializada, dentro de nossas possibilidades, para o exercício sistemático de atividades culturais e científicas que, anteriormente, eram fruto de manifestações esporádicas e isoladas. As melhores de nossas faculdades já estão formando trabalhadores intelectuais para muitas profissões técnicas, surgidas com o processo de desenvolvimento baseado na ciência e na tecnologia. Profissões especializadas que não poderiam encontrar formação adequada nas escolas tradicionais.

No que concerne ao objetivo de integração universitária é, fora de dúvida, que a ação das faculdades de filosofia foi praticamente nula. Não conseguiram concentrar as disciplinas dos diferentes cursos da universidade que se incluíam em suas áreas específicas de conhecimento. As faculdades tradicionais jamais permitiram que a faculdade de filosofia viesse a ministrar o ensino básico comum às diversas carreiras. E não cremos que nesta altura da evolução de nosso sistema universitário podessemos, ainda, recuperar o papel de integração que estaria reservado à faculdade de filosofia. Mesmo que retirássemos de seu âmbito o setor pedagógico, conservando-lhe apenas as duas funções de realizar a pesquisa e formar "trabalhadores intelectuais especializados" e dotando-a de uma

organização mais plástica e funcional. Assim pensaram os idealizadores da Universidade de Brasília ao substituir a Faculdade de Filosofia pelo conjunto de Institutos Centrais. Esta foi também a solução da atual reforma por julgar mais viável constituir um sistema comum de ensino básico através de unidades que resultassem do desdobramento da faculdade de filosofia. Esquema que tende a se generalizar em nosso sistema universitário. O projeto de reforma da Universidade de São Paulo, onde a Faculdade de Filosofia foi uma experiência bem sucedida do ponto de vista da pesquisa, propõe também sua transformação numa série de institutos correspondentes às suas áreas de conhecimentos.

O Prof. Valnir Chagas,⁽¹³⁾ um dos entusiastas da solução Faculdade de Filosofia, lamenta que "após uma longa prática deformadora, não existam no momento condições psicológicas para restaurá-la na funcionalidade de sua concepção original". Em nosso entender o problema está ligado a causas mais profundas do que a simples ausência de "condições psicológicas". É mais de ordem epistemológica com repercussões na organização universitária. A idéia da Faculdade de Filosofia, como instituto englobante, segundo já observamos, repousa numa concepção da unidade do saber cujos fundamentos metafísicos e epistemológicos já se encontram ultrapassados. Além disso, a extrema especialização que define o saber científico moderno torna praticamente impossível reunir numa mesma unidade disciplinas tão diversas, sem acarretar sérios inconvenientes tanto de ordem administrativa como funcional. Todos conhecem a heterogeneidade de uma congregação de faculdade de filosofia, reunindo especialistas de uma dezena de cursos tão díspares em sua natureza e objetivos, que não conseguem, e com razão, compreender uns as necessidades dos outros, ignorando-se mutuamente em suas especialidades. A cooperação interdisciplinar que hoje se preconiza e a integração universitária que tanto se reclama não de ser alcançadas no plano funcional e não simplesmente no plano das estruturas.

Não é, certamente, este o lugar indicado para discutirmos um dos pontos críticos da universidade moderna: a perda da unidade do saber que, para muitos, seria essencial à pró-

pria idéia da universidade. Como é possível recuperar ainda esta unidade num mundo cultural e ideologicamente dividido e onde a dispersão das especializações científicas e técnicas torna difícil concebermos a idéia de um *Kosmos* do saber articulado em função de um princípio metafísico de síntese? Na Idade Média, o princípio da *reductio artium ad Theologiam* e, sobretudo, a profunda unidade espiritual da época, ofereciam os fundamentos metafísicos e culturais da integração da Universidade. No século passado, a Universidade de Humboldt, em pleno fastígio do idealismo metafísico post-kantiano, julgou encontrar na Filosofia o princípio de unificação do saber que lhe serviria de base. A crença no poder do Espírito (*Geist*), na concepção do Idealismo germânico, permitia conceber a totalidade da Ciência como organismo cuja representação real era a Universidade. Por sua vez, a unidade da Ciência era a própria unidade da Filosofia e, assim, a Faculdade de Filosofia se tornava a objetivação mesma da unidade da Universidade.

Nas condições atuais do saber e da cultura, dificilmente poderíamos restaurar em sua plenitude o princípio de unidade do saber. O corte que se aprofunda entre as *ciências naturais* e as *ciências do espírito*, a incompreensão existente entre as *duas culturas*, de que nos fala C. P. Snow, a científica e a literária, o antagonismo das ideologias e a diversidade irredutível das concepções do mundo e, principalmente, a ausência de um cimento espiritual unificador de nossa cultura, tudo isso torna extremamente problemática a concretização da unidade fundamental da universidade. A idéia da *universitas scientiarum ac litterarum* parece recuar hoje diante da idéia de *multiversitas*. Tampouco poderíamos esperar que o ideal da "ciência unificada"⁽¹⁴⁾ proposto pelos positivistas lógicos, em termos de linguagem e lógica do pensamento científico viesse a corresponder às exigências profundas de unidade espiritual do saber. Teoricamente poderíamos elaborar o modelo de uma universidade integrada segundo tais princípios. Mas tudo nos faz crer que a unidade da universidade não é apenas um problema lógico ou epistemológico, e sim de ordem cultural e, em última análise, um problema antropológico.

É possível que a unidade ideal do saber constitua um dos

elementos essenciais da Universidade. Por nossa parte, julgamos que no presente ela atua mais como princípio regulativo à maneira de uma idéia kantiana da razão pura. De qualquer modo, a unidade analógica do saber para qual tende, ou deve tender a Universidade, como querem alguns, não poderia estar jungida ao esquema estrutural de um instituto que reunisse sob a mesma administração todos os departamentos do saber fundamental.

A verdade é que os projetos de reforma, em curso nos vários países de tradição universitária, não consideram mais a Faculdade de Filosofia como a solução adequada para se alcançar a integração da Universidade em todos os seus níveis.

A atual reestruturação da universidade brasileira ao determinar o desdobramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, extinguiu portanto uma instituição já ultrapassada pelo estado presente das ciências e pelos princípios da moderna organização universitária.

A instituição, contudo, poderá subsistir, entre nós, como estabelecimento isolado, à maneira dos *Colleges* norte-americanos independentes de universidade. Mas neste caso, para que possa funcionar eficazmente com todos os seus cursos, além de problemas do corpo docente e equipamentos, deverá sofrer profunda reorganização, na qual as suas grandes áreas constituiriam divisões estruturais relativamente autônomas, e apenas subordinadas a uma coordenação central, à semelhança da organização universitária.

A Missão Pedagógica das Faculdades de Filosofia e a criação das Faculdades de Educação

Se considerarmos as faculdades de filosofia em sua função de preparar docentes para a escola média e formar especialistas em educação, haveremos de convir que neste particular, são passíveis das mais severas críticas. Porque se algumas delas lograram instituir a pesquisa científica e treinar especialistas capazes nos diversos ramos do saber é lícito duvidar que tenham cumprido satisfatoriamente sua missão de educar mestres para

a moderna escola secundária. Ressentiram-se da falta de uma clara consciência do problema, de uma precisa concepção dos métodos e objetivos da formação pedagógica profissional. Mais ainda, a predominância do ideal acadêmico impediu que estas faculdades assumissem plenamente sua função pedagógica. Jamais se conformaram em ser, o que a maior parte poderia apenas ser, isto é, *Teachers Colleges*, e, vítimas de uma espécie de bovarismo não chegaram a realizar nem o ideal de alta cultura e pesquisa científica, nem a desempenhar honestamente a missão de preparar professores que a expansão da escola média brasileira está a exigir.

Esta duplicidade de objetivos gerou por assim dizer um estado de espírito ambíguo e certa má consciência das faculdades de filosofia. Culturalmente a tarefa pedagógica de treinar professores lhes parecia muito pouco; doutra parte os objetivos de altos estudos eram, para maior parte delas, inacessíveis. Daí a contradição entre os fins explícitos e as tarefas realizadas ou, para usarmos da expressão de Anísio Teixeira, entre os valores proclamados e os valores reais.

Aparentemente poderia tratar-se de uma contradição ao nos referirmos aqui à duplicidade de objetivos, quando antes dissemos que não foi o caráter multifuncional das Faculdades de Filosofia o maior obstáculo à sua plena realização. A nossa tese é de que não há inconveniente na coexistência, no mesmo instituto, de objetivos de pesquisa desinteressada e de formação de profissionais ou "trabalhadores intelectuais", no mesmo campo do saber. Hoje, não teria mais sentido estabelecer-se um corte radical entre a ciência pura e as suas aplicações. Assim, o mesmo Departamento de Psicologia promove pesquisa pura em seu campo, forma psicólogos profissionais e ministra disciplinas psicológicas básicas para outras carreiras universitárias. O mesmo não ocorre com a Educação que, por ser essencialmente uma praxis, seus estudos são de natureza profissional. A coexistência do educacional com o acadêmico termina por afetar uma ou outra das duas áreas. Geralmente são os setores acadêmicos que prevalecem em detrimento do pedagógico, dado o prestígio tradicional dos estudos acadêmicos, conforme a experiência tem demonstrado.

Como observou, ainda, Anísio Teixeira,⁽¹⁵⁾ o caráter que as Faculdades de Filosofia assumiram no curso de sua evolução, afastou-as do estudo e da preocupação pelos problemas do magistério secundário e do primário e limitou-as à formação, quando munto dos especialistas nas disciplinas literárias e científicas, tendo mais em vista o ensino superior do que o ensino nas escolas de cultura prática de nível secundário ou cultura vocacional das escolas normais. Isto explica que os Departamentos de Educação, tenham sido, em geral, os de menor prestígio e que a formação pedagógico-profissional do futuro professor se tenha reduzido ao mínimo exigido por lei para obter a licenciatura. Esse treinamento profissional, ministrado no antigo Curso de Didática e atualmente nas matérias pedagógicas da Licenciatura, consta normalmente de uma série de cursos teóricos, ou melhor livrescos, sobre as especializações pedagógicas, acompanhados de uma quase *pro forma* prática de ensino proporcionada nos Colégios de Aplicação. Por sua vez, os chamados Cursos de Pedagogia, desviados de seus verdadeiros objetivos, terminaram praticamente assimilados às demais licenciaturas, obtendo seus diplomados direito ao ensino das matérias acadêmicas do curso secundário. A verdade é que as Faculdades de Filosofia falharam em sua missão pedagógica, em sua tarefa de preparar professores para a moderna escola secundária, de formar educadores especializados capazes de planejar o sistema de uma sociedade que se transforma e elaborar novos métodos que possibilitem a renovação didática de uma escola média e primária que se expande desordenadamente.

Enquanto predominava o tipo de escola secundária acadêmica, acessível a uma reduzida parcela de nossa sociedade e os cursos normais se encarregavam do treinamento dos mestres das escolas primárias, a insuficiência pedagógica das Faculdades de Filosofia não constituía problema real. Mas, com o processo de desenvolvimento e a conseqüente explosão escolar em todos os níveis, exigindo, além de professores, técnicos capazes de planejar, organizar e administrar escolas e sistemas escolares, logo se tornou patente a deficiência das Faculdades de Filosofia em atender às necessidades do processo educacional.

Teoricamente, uma das soluções seria criar, dentro da universidade ou como estabelecimentos isolados, unidades de ensino superior especialmente destinadas à formação de profissionais em educação. Várias razões falam em favor desta tese.

1. Primeiramente há que destacar os progressos do estudo científico da educação e o desenvolvimento das técnicas pedagógicas. Por um preconceito acadêmico, como, por exemplo, na Alemanha, entendia-se que a Pedagogia não alcançou ainda o nível de uma verdadeira ciência, nem oferece resultados positivos, cientificamente demonstráveis, para constituir base e centro de uma Faculdade.⁽¹⁶⁾ Daí por que o treinamento pedagógico-profissional dos professores de nível primário, e mesmo secundário se fazia fora da universidade. É verdade que na Alemanha atual esta tese começa a ser fortemente combatida. Recentemente, o titular de Pedagogia da Universidade de Göttingen, Prof. Heinrich Roth,⁽¹⁷⁾ refutando Erich Weniger, mostrava que uma das condições para a pedagogia atingir pleno desenvolvimento científico em tôdas as suas especialidades era justamente a criação da Faculdade Pedagógica na Universidade.

Neste particular, os americanos fizeram trabalho de pioneiros atribuindo à Universidade a tarefa de dar formação pedagógica tanto ao professor da escola secundária, como ao da escola primária e aos vários tipos de especialistas em educação. Numa perspectiva mais pragmática, e mais fecunda, não se preocuparam tanto com o problema teórico do *status* epistemológico da Pedagogia. Mas reconhecendo que era possível aplicar sistematicamente o método científico aos problemas educacionais, procuraram desenvolver processos e técnicas pedagógicas cientificamente elaboradas. Daí ser conferido a este campo de estudos e formação profissional um setor autônomo dentro da Universidade. E todos sabemos o impulso vigoroso que recebeu a pesquisa educacional nos Estados Unidos, com a disseminação dos *Teachers Colleges* e a criação das escolas ou *Colleges* de Educação nas Universidades. Pense-se, por exemplo, o que representou o *Teachers College* da Universidade de Columbia, para a formação do pensamento pedagógico americano e a elaboração de novos métodos educativos.

2. Em segundo lugar, devemos atender à importância vital da educação nas sociedades modernas e à amplitude e complexidade de seu campo profissional. Karl Jaspers,⁽¹⁸⁾ ao desenvolver, do ponto de vista clássico, "a idéia da universidade", mostra que as faculdades superiores (Teologia, Direito, Medicina) se constituíram por corresponder aos três campos da existência humana que se encontram vinculados ao saber e por êles determinados espiritualmente. E analisando o problema da ampliação dos quadros universitários com a incorporação de novos campos profissionais entende que o critério de criação de uma nova faculdade é ter por base um "autêntico campo vital". Com êste fundamento admite êle a inclusão na clássica universidade alemã de mais uma faculdade profissional — a de Tecnologia — por atender a um dos grandes campos de atividades da existência moderna. Ora, se êstes critérios são válidos, como não se justificaria a criação da Faculdade de Educação na Universidade? Com razão, pergunta o Prof. Heinrich Roth,⁽¹⁹⁾ ao comentar a tese de Karl Jaspers, que outro campo da existência humana é mais vital do que a Educação para merecer um lugar próprio dentro da Universidade? Com efeito, a educação, hoje, não se limita apenas à formação individual e a conservar e transmitir o acervo cultural de cada sociedade, mas exerce um conjunto de funções extremamente complexas e de importância decisiva para o desenvolvimento total do homem. Além de suas finalidades éticas e espirituais costuma-se considerar a educação, no mundo moderno, sob múltiplos aspectos: fator de evolução da sociedade e serviço social ao proporcionar ao indivíduo um equipamento intelectual; mecanismo racional que permite repartir as tarefas sociais segundo os talentos e capacidades e, por consequência, maximizar a produtividade; indústria produtora de mão-de-obra qualificada; finalmente a politização total da ciência e da técnica terminou por converter a educação em arma estratégica fundamental. O exercício de tôdas estas tarefas educacionais atingiu um tal nível de complexidade técnica que supõe uma formação altamente especializada que só a universidade pode oferecer através de unidade específica.

3. Finalmente poderia objetar-se nos seguintes têrmos:

se a formação científica do educador profissional deve ser feita em nível universitário, dela poderia ocupar-se um Departamento especializado no âmbito das unidades existentes, como ocorria com as Faculdades de Filosofia. Ora, a experiência tem demonstrado que os departamentos de educação incorporados em unidades acadêmicas se vêem tolhidos em seus movimentos e expansão. O exemplo dos Estados Unidos nos mostra o fator de desenvolvimento da pesquisa e prática educativas que representou a fundação das escolas e *Colleges* de educação. E, pelo contrário, os Departamentos de Educação de nossas Faculdades de Filosofia, com raras exceções, têm vegetado em atividades rotineiras. Além disso, a amplitude do campo profissional da educação, com a finalidade de suas especializações técnicas e a expansão das pesquisas pedagógicas dificilmente poderiam restringir-se aos limites de um departamento tradicional.

Tôdas estas razões parecem-nos justificar e mesmo exigir a criação das faculdades de educação. Foi êste, sem dúvida, o ponto de vista que orientou a presente reforma estrutural das universidades brasileiras. Certamente, há de se considerar um motivo técnico. Desdobrada a Faculdade de Filosofia em unidades correspondentes às suas áreas de conhecimentos básicos, restava o Departamento de Educação que, a rigor, não corresponde a nenhuma daquelas áreas. A solução normal era transformá-lo em Faculdade de Educação conforme se efetuou. Mas seria desconhecer inteiramente o sentido e importância da Faculdade considerá-la como simples resultante da mecânica da reestruturação universitária. Como se fôra escola residual compreendendo os cursos preexistentes da extinta Faculdade de Filosofia que não puderam integrar-se no sistema de ensino e pesquisa básicos. Decerto, não se justificaria sua criação se fôsse para manter apenas, ou mesmo ampliar, os cursos pedagógicos já em funcionamento, com seus objetivos tradicionais e em moldes rotineiros. Trata-se, ao contrário, de instituir uma realidade nova, com perspectivas mais amplas, visando a múltiplas finalidades de pesquisa e com vistas às necessidades de expansão e aperfeiçoamento do sistema escolar do País. A Faculdade de Educação deve ser entendida como correspondendo a um imperativo de nosso esforço educacional; à necessidade de ampliação e aprimoramento dos quadros de formação de professores

e especialistas em educação: à exigência de estímulos à elaboração de um pensamento pedagógico capaz de formular as categorias próprias de uma educação genuinamente nacional.

Devemos reconhecer, no entanto, que a criação destas faculdades em tão curto prazo e em número tão elevado (mais de duas dezenas correspondentes às universidades federais), acarreta graves problemas. Por ser um tipo de escola inteiramente nôvo em nosso ensino superior é natural que existam perplexidades quanto à sua organização e funcionamento. Por isso mesmo impõem-se, a formulação de uma idéia clara e precisa da natureza e objetivo da faculdade de educação e do papel que deve desempenhar no processo educacional e a elaboração de um plano de implantação gradual das novas faculdades, atendendo-se às notórias deficiências dos atuais departamentos de educação, em pessoal qualificado e em recursos materiais. Sem estas preocupações, sem rigoroso planejamento arriscamos a comprometer a instituição em seu próprio nascedouro, preparando-lhes o destino que tiveram no Brasil as faculdades de filosofia.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Os decretos leis n.º 53 de novembro de 1966 e n.º 252 de fevereiro de 1967, que impuseram a reestruturação das universidades federais, ao se referirem ao preparo de professores da escola média e de especialistas em educação, determinam, de modo expresso, que a competente formação pedagógica ficará a cargo de unidade própria de ensino profissional e aplicado.
2. Organização Universitária Brasileira, Decreto n.º 19.850, 19.851 e 19.852 de 11 de abril de 1931. Rio de Janeiro — Imprensa Nacional, 1931 — pgs. 7-8.
3. Organização Universitária Brasileira, decreto n.º 19.852, art. 196, pg. 103.
4. VALNIR CHAGAS — A luta pela Universidade no Brasil — aula inaugural dos cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — Edição da Universidade — pg. 10.
5. Sobre a fundação da Universidade de Berlim e a idéia da Faculdade de Filosofia ver: Die Idee der deutschen Universität — Hermann Bentner Verlag, 1959. Contém os trabalhos de Schelling, Fichte, Schleiermacher, Steffens e Humboldt. Consultar igualmente a obra clássica de Paulsen: Geschichte des gelehrten Unterrichts — Zweiter Band — 3a. edição ampliada, editada por Rudolf Lehmann, com um anexo Berlin und Leipzig — 1921, pgs. 258 ss., 267 e 710-715. Cf. também: Richard Schwarz — Wissenschaft und Bildung — Verlag Karl Alber, 1957 — pgs. 93 e ss.

6. Sobre o conceito de *Bildung* e de idealidade individual, cf. Spranger, Wilhelm von Humboldt und die Reform des Bildungswesen, 3a. edição, Max Niemeyer Verlag Tübingen — 1965 — pgs. 43 e ss., e 52 e ss.
7. Paulsen, op. cit., pg. 251.
8. Paulsen, op. cit., pg. 267.
9. Joseph Ben-David and Awraham Zloczower — Universities and Academic Systems in Modern Societies — Archives Européennes de Sociologie — 1962, n. 1 — pgs. 51-52.
10. Flexner citado por Clark Kerr em: The uses of the University, Harvard University Press, pg. 13.
11. Florestan Fernandes — Formação de profissionais e especialistas nas Faculdades de Filosofia — Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos n.º 85 — — 1962 — pg. 229.
12. Afrânio Coutinho — Da crítica e nova crítica.
13. Valnir Chagas — op. cit., 18.
14. Sobre a idéia de "ciência unificada" ver, p. ex., os artigos de Horace Kallen, Otto Neurath e Charles Morris, em "Philosophy and Phenomenological Research", vol. VI, n.º 4, janeiro 1946.
15. Anísio Teixeira — O problema da formação do magistério, Documenta, 62 — 1966 — pg. 14.
16. Cf., por exemplo, Erich Weniger: Pädagogische Hochschulen oder Pädagogische Fakultäten, publicado primeiramente em 1950 e republicado no livro do autor: Die Eigenständigkeit der Erziehung in Theorie und Praxis-Verlag Julius Beltz — Weinheim/Bergstr 1952 — pgs. 448-457. A tendência atual na Alemanha é em sentido contrário. A Universidade de Hamburgo assumiu toda a responsabilidade da formação dos professores da Cidade de Hamburgo. A mesma solução é prevista no projeto de criação da Universidade de Bremen.
17. Heinrich Roth — Warum keine pädagogische Fakultät? in Die Deutsche Schule — Heft I, Januar 1966, pg. 56.
18. Karl Jaspers — Die Idee der Universität — Berlim 1961, pg. 102.
19. Heinrich Roth — op. cit., pg. 56.

Prefácio à Tradução Italiana de “Ordem e Progresso” (*)

GILBERTO FREYRE

Ao leitor italiano do livro *Ordem e Progresso* — mais uma tradução de obra brasileira realizada inteligentemente por Alberto Pescetto para o editor Einaudi — o autor pede que o leia, se possível, depois de ter lido os estudos que o precedem numa série que pretende ser de introdução sociológica à história da sociedade patriarcal no Brasil. Trata-se, entretanto, de livro autônomo. Pode ser lido à revelia dos estudos anteriores sobre o mesmo assunto nos seus aspectos mais puros: a formação de uma sociedade no trópico americano tendo por sua forma sociológica a patriarcal.

Com êsse tipo de sociedade — a patriarcal — e sob sua influência decisiva é tese do autor ter se formado o Brasil. Sob sua influência mais do que sob a direção política de reis ou governos europeus — portugueses e por algum tempo espanhóis — ou a teocrática, da Igreja, quer a representada por bispos, quer a representada por ordens religiosas, das quais a de ação mais eficiente na América Portuguesa foi a Companhia de Jesus.

A expressão simbólica “Ordem e Progresso” — lema Positivista ou Comteano que os discípulos brasileiros de Augusto Comte conseguiram inserir na bandeira da República instaurada no Brasil em 1889 — tomou-a o autor para título do

(*) Este ensaio, inédito, depois de traduzido à Língua Italiana aparecerá como prefácio do autor à edição do seu livro *Ordem e Progresso*, a ser lançada breve na Itália, por Giulio Einaudi.